

Fernando Molica

Ministros do STF ignoraram avisos

Não foi por falta de aviso que ministros do Supremo Tribunal Federal andam enracados, obrigados a soltar notas para explicar negócios, contratos, trocas de mensagens e viagens 0800. Há alguns anos que relatos sobre pizzas indevidas, relações perigosas com políticos e empresários e participação remunerada em eventos vinham sendo publicadas pela imprensa — e suas excelências trataram de ignorar os alertas, fecharam-se em suas togas.

Acharam — como pareciam continuar a achar — que estão acima de tudo, que o adjetivo supremo que designa a corte também está tatuado em seus nomes. Seriam assim, supremos, inatingíveis, acima de qualquer

suspeita, acusação, evidência ou prova. Regiam às notícias como o personagem Kiko do seriado “Chaves”: “Gentalha, gentilha!”, pareciam dizer aos autores de questionamentos.

Uns pecaram por atos; outros, por omissão. Mesmos ministras e ministros que evitaram participar de reuniões com partes e frequentar convescotes não levantaram a lebre da desconfiança na corte. Mantiveram a ideia de de que STF é um arquipélago formado por 11 (atualmente, dez) ilhas isoladas. Como se, em relação à corte, valeria mesmo uma versão da tal Lei de Murici: cláusula pétra regimental que daria a cada o direito de cuidar de si e de não dar satisfações a ninguém.

Com a internet e as redes so-

ciais, todo mundo passou a ser mais vigiado, houve também um saudável crescimento da noção de limites que devem ser respeitados por autoridades, inclusive por aqueles que podem mandar prender e mandar soltar. O STF tem o direito de errar por último em relação aos outros, mas essa prerrogativa não vale para a vida de cada um de seus integrantes.

A prepotência, típica dos que agem sem controle, contaminou vários ministros, que, nos últimos anos, não vacilaram em dar decisões no mínimo questionáveis, muitas vezes contaminados pelos sempre mutantes ventos da política. Num intervalo de poucos anos, a Lava Jato passou de imaculada a Geni da música de Chico Buarque.

No uso de um poder que, na prática, revelava-se absoluto, ministros absolveram pessoas com quem haviam dividido mesa, aumentaram o escopo de seus negócios privados, mandaram destruir provas, mudaram de opinião como quem troca de gravata. E não se viram impedidos de estabelecer relações de viés político com agentes públicos encarregados de fazer leis ou de governar. Judiciário não pode fazer acordos ligados ao exercício do poder, deve, quando acionado, julgar pessoas acusadas.

É sempre bom ressaltar a atuação decisiva do Tribunal Superior Eleitoral e do STF na garantia das eleições de 2022 e na tomada de providências que evitaram a implantação de uma

nova ditadura no país. Diante da leniência do então procurador-geral da República, Augusto Aras, o Judiciário chegou a ultrapassar alguns limites, mas o jogo era de vida ou morte, precisou ser jogado daquele jeito. Passado o temporal, faltou a humildade de baixar a bola.

É cedo falar em eventual responsabilidade ou favorecimento de Dias Toffoli e Alexandre de Moraes no escândalo do Master. Mas as suspeitas são muitas, e foram refletidas nas idas e vindas em decisões do primeiro e nas notas divulgadas por ambos. O STF é importante demais para que pese sobre ele esse tipo de suspeição, não dá para ter eventuais marcas de batom na Justiça.

Tales Faria

Para Supremo, Moro mantém agentes infiltrados na PF e na PGR

As reações duras dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, contra integrantes da Polícia Federal e da Procuradoria Geral da República (PGR) têm como origem uma grande desconfiança.

Os ministros do STF desconfiam de que integrantes da antiga operação Lava Jato permanecem em cargos chaves nesses dois órgãos e estão agindo para desmoralizar o Supremo e atingir o governo.

“A Lava Jato está super estruturada ainda. Seus integrantes estão em postos chaves da PGR, e o Moro tem agentes da Polícia Federal absolutamente ligados a ele. Basta lembrar que quando o

ministro Dias Toffoli expediu a liminar de busca e apreensão na 13ª Vara de Curitiba, demorou quase um mês para ser cumprida. Ele teve que nomear agentes específicos, da confiança dele.”

O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kakay, admitiu à coluna que remanescentes da Lava Jato na PF e na PGR estão por trás dos ataques desferidos contra os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes.

Segundo Kakay, trata-se de uma operação que teria como coordenador o senador e ex-juiz Sergio Moro (PL-PR), que coordenou a Lava Jato quando estava à frente da 13ª Vara Federal.

“Tudo isso é muito grave,

muito grave. Tanto é que o Toffoli teve que nomear agentes da confiança dele para a investigação do Banco Master. E, com a saída dele, o ministro André Mendonça isolou a imprensa. Isolou também o Andrei Rodrigues [diretor-geral da PF] da condução do caso. Na verdade, existe uma campanha forte coordenada pelo Moro e pelos lavajatistas. Eles entendem que um tiro no Supremo Tribunal Federal hoje é um tiro no governo. É isso que está por trás”, disse kakay, que integra um grupo de advogados muito próximo ao governo e, até, ao STF, o Grupo Prerrogativas.

O advogado Eugênio Aragão, que foi ministro da Justiça no gover-

no Dilma Rousseff, concorda com Kakay: “De fato, tanto a área penal da PGR como a PF estão contaminados pelo lavajatismo. Falta bom senso. Mas também o protagonismo algo impróprio do STF nas investigações vem incomodando muito aos investigadores, que perdem um instrumento de alavancagem corporativa”, explica.

Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do Grupo Prerrogativas, também acha, como Kakay, que a oposição se juntou aos lavajatistas na tentativa de enfraquecer o STF por avaliar que acabariam atingindo o governo. Segundo ele, oposição e lavajatistas aproveitaram-se de brigas internas na PF:

“É preciso levar em conta que

a polícia também está em disputa. Daí esses vazamentos. O interessante é que, embora criminosos, são vazamentos reveladores. Aquilo que a oposição considerou uma bala de prata contra o governo, na verdade era uma bala de festim. Não encontram nada, por exemplo, contra o Fábio [Fábio Luís Inácio, o Lulinha]. Estava tudo declarado. O mais importante não é o que eles acharam, mas o que não acharam.”

No Palácio do Planalto a preocupação é que os chefes da PF, Andrei Rodrigues, e da Procuradoria-Geral da República identifiquem os lavajatistas nos dois órgãos e os afastem de cargo chaves. Mas é grande o ceticismo de que isso será feito.

Mara Leme Martins*

Como as mulheres estão transformando o networking empresarial

As mulheres já representam uma presença significativa no universo empreendedor brasileiro. Dados do Sebrae mostram que o país já conta com mais de 10 milhões de mulheres empreendedoras, o que corresponde a cerca de 34% do total de donos de negócios no Brasil, um recorde histórico que reflete a crescente participação feminina no mercado de trabalho independente. Além disso, a participação feminina entre os empreendedores iniciantes, aqueles com negócios de até 3,5 anos, voltou a crescer e se aproxima de 47%, segundo o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) mais recente.

Mesmo com esse avanço, estudos indicam que ainda persistem

desafios estruturais no acesso a recursos, crédito, mercados e redes de relacionamento, o que impacta diretamente a performance e a escalabilidade dos negócios liderados por mulheres.

E é justamente nesse ponto que entra um dos fatores mais decisivos, e menos discutidos, para o sucesso de qualquer empreendimento: o networking.

Fazer contatos, conhecer as pessoas certas e construir relações de confiança sempre foi essencial para quem empreende. No entanto, os ambientes tradicionais de negócios e relacionamento ainda são majoritariamente masculinos, o que gera barreiras sutis, mas reais, para a participação feminina. Muitas vezes, não se trata de falta de

competência, mas de falta de acesso aos espaços onde as decisões e oportunidades circulam.

Esse desafio se soma a outro: a sobrecarga. Muitas empreendedoras acumulam jornadas múltiplas, entre empresa, casa e filhos, o que reduz drasticamente o tempo disponível para participar de eventos sociais, encontros informais e ambientes de relacionamento que historicamente sustentaram o networking empresarial.

Diante desse cenário, um movimento silencioso vem transformando a forma como as mulheres se conectam profissionalmente. Mais do que frequentar os mesmos espaços, elas têm modificado a lógica desses ambientes. O networking deixa de ser baseado apenas em trocas superficiais e passa

a se apoiar em confiança, colaboração, escuta ativa e construção genuína de vínculos.

Esse novo modelo de relacionamento profissional valoriza menos a autopromoção e mais a construção de reputação por meio da consistência, da entrega e da reciprocidade. Em vez de disputar espaço, as mulheres tendem a criar ambientes onde mais pessoas cabem, e isso gera redes mais fortes, mais diversas e, consequentemente, mais produtivas.

Quando essas características passam a fazer parte da cultura dos grupos de relacionamento, o impacto não é apenas para as mulheres, mas para todo o ecossistema empreendedor. Ambientes mais colaborativos geram negócios mais sustentáveis, parcerias

mais duradouras e decisões mais inteligentes.

Em 2026, o que se observa não é apenas um aumento no número de mulheres empreendendo, mas uma mudança concreta na forma como o networking é feito no Brasil. E essa transformação, silenciosa e consistente, pode ser um dos fatores mais relevantes para explicar o fortalecimento do empreendedorismo feminino nos próximos anos.

***PhD. Vice-Presidente do BNI Brasil - Business Network International - a maior e mais bem-sucedida organização de networking de negócios do mundo**